

**Ministério da Economia**

**Secretaria-Geral da Economia**

# **CADERNO DE ENCARGOS**

**CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL**

**PROCEDIMENTO N.º 23/UMC/2025**

*Serviços de suporte Microsoft através do modelo Unified Enterprise Support*

## **Parte I**

### **Cláusulas jurídicas**

#### **Cláusula 1.<sup>a</sup>**

##### **Objeto**

O presente caderno de encargos tem por objeto a aquisição de serviços de suporte Microsoft através do modelo Unified Enterprise Support, para a Secretaria-Geral da Economia, no âmbito do procedimento de contratação com a referência 23/UMC/2025, considerando todas as especificações técnicas que são parte integrante do contrato.

#### **Cláusula 2.<sup>a</sup>**

##### **Prazo de vigência**

O contrato tem início estimado no dia 23.06.2025 e tem o seu termo a 22.06.2026, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação dos contratos.

#### **Cláusula 3.<sup>a</sup>**

##### **Local de execução**

1. O local de execução do contrato será nas instalações da Secretaria-Geral da Economia, sita na Avenida da República 79, 1069-218 Lisboa.
2. Sempre que se verifique viável, a execução poderá ser realizada através de acesso remoto.
3. A entidade adjudicante reserva o direito de alterar o local de execução do contrato, em consequência de eventual alteração operada nos seus serviços.

#### **Cláusula 4.<sup>a</sup>**

##### **Preço base**

1. O preço base do presente procedimento é € 151 000 (cento e cinquenta e um mil euros), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço referido inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante.

#### **Cláusula 5.<sup>a</sup>**

##### **Obrigações do adjudicatário**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e nas cláusulas contratuais, decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações:
  - a. Prestar os serviços em conformidade com as especificações técnicas constantes do caderno de encargos;
  - b. Recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à execução dos serviços;
  - c. Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, às entidades adjudicantes, os factos que tornem total ou parcialmente impossível o cumprimento do contrato;
  - d. Não alterar as condições da prestação dos serviços fora dos casos previstos no presente contrato;

- e. Não subcontratar, no todo ou em parte, a execução do contrato sem a prévia autorização das entidades adjudicantes;
- f. Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação e sede social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial, bem como as alterações aos contatos e moradas indicados para efeitos de celebração do contrato;
- g. Possuir todas as autorizações, consentimento, aprovações, registos e licenças necessárias para o pontual cumprimento das obrigações assumidas;
- h. Reserva-se às entidades adjudicantes o direito de executar as diligências que considerar necessárias para verificar a aplicação das condições fixadas na proposta adjudicada ao adjudicatário.

#### **Cláusula 6.<sup>a</sup>**

##### **Patentes, licenças e marcas registadas**

- 1. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
- 2. Caso a entidade adjudicante venha a ser demandado por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário indemniza-a de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

#### **Cláusula 7.<sup>a</sup>**

##### **Responsabilidade do adjudicatário**

- 1. O adjudicatário é responsável, a título criminal e civil, objetiva ou subjetivamente, ou outra, por todos os prejuízos e danos, patrimoniais e não patrimoniais, causados às entidades adjudicantes ou a terceiros que, por qualquer motivo, resultem da sua atividade, atuação dos seus trabalhadores ou deficiente execução dos serviços objeto do contrato.
- 2. O adjudicatário assume plena responsabilidade pelo fornecimento do objeto do contrato, sendo, portanto, o único responsável perante a entidade adjudicante.

#### **Cláusula 8.<sup>a</sup>**

##### **Dever de sigilo e confidencialidade**

- 1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação à execução do contrato, sendo esta obrigação extensível aos seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que as mesmas envolvam, mesmo após a realização dos trabalhos.
- 2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data do conhecimento pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de

processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

#### **Cláusula 9.<sup>a</sup>**

##### **Dados Pessoais**

O adjudicatário obriga-se a cumprir e a fazer cumprir o disposto no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27.04 e Lei nº 58/2019, de 08.08 que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do referido Regulamento, no que respeita às regras relativas à proteção das pessoas singulares, ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados.

#### **Cláusula 10.<sup>a</sup>**

##### **Obrigações da entidade adjudicante**

Pela prestação do objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do contrato, a entidade adjudicante deve:

- a) Pagar ao adjudicatário o preço previsto para o fornecimento dos bens, constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
- b) Nomear um gestor de contrato responsável pela gestão do contrato celebrado, bem como comunicar quaisquer alterações a essa nomeação ao adjudicatário;
- b) Monitorizar o cumprimento contratual no que respeita às respetivas condições, designadamente através do tratamento das informações reportadas e aplicar as devidas sanções em caso de incumprimento;
- c) Facultar as informações sobre a qualidade dos bens fornecidos nos moldes e no prazo que sejam definidos e sempre que se justifique, nomeadamente caso seja detetado o incumprimento das especificações técnicas mínimas.

#### **Cláusula 11.<sup>a</sup>**

##### **Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato**

1. Nos termos do artigo 290º-A do Código dos Contratos Públicos, aquando da outorga do contrato, será incluído no clausulado do mesmo a designação do gestor do contrato, nomeado pela entidade adjudicante, que terá a função de acompanhar a execução do contrato e assegurar o acompanhamento contínuo da qualidade do serviço.
2. Quando o gestor detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, deve comunicá-las de imediato ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas.
3. O órgão competente pode delegar no gestor do contrato, se assim o entender, poderes para a adoção das medidas corretivas que se revelem adequadas, no caso de detetar desvios, defeitos, ou outras anomalias na execução do contrato, exceto em matéria de modificação e cessação do contrato.

4. Antes do início de funções o gestor do contrato irá subscrever a declaração de inexistência de conflitos de interesse, conforme modelo previsto no n.º 7 do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos.
5. Sempre que seja necessário proceder à alteração do gestor do contrato, a entidade adjudicante pode proceder à respetiva alteração, através de ato administrativo, que comunicará ao adjudicatário.

#### **Cláusula 12.ª**

##### **Condições de pagamento**

1. A fatura será emitida após a disponibilização do respetivo serviço.
2. O pagamento será efetuado, após o vencimento da respetiva obrigação que se considera vencida com a disponibilização do respetivo licenciamento.
3. A fatura deverá ser emitida em nome da entidade adjudicante, com referência ao número de identificação fiscal e ao número de compromisso constante no contrato, e devem ser remetidas para o Portal da Fatura Eletrónica da Administração Pública-FEAP, endereço <https://www.feap.gov.pt/>, onde o segundo outorgante deve estar inscrito.
4. As faturas serão pagas no prazo de trinta dias após a sua receção por parte da entidade adjudicante.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto na presente cláusula, as faturas são pagas através de transferência bancária.

#### **Cláusula 13.ª**

##### **Inscrição de despesa**

1. A despesa será suportada pelo orçamento da entidade adjudicante.
2. O compromisso será emitido no ano da despesa e será remetido através dos serviços da entidade adjudicante.

#### **Cláusula 14.ª**

##### **Atraso de pagamento**

1. A entidade adjudicante procederá, única e exclusivamente, ao pagamento dos bens que efetivamente lhe sejam fornecidos.
2. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este último obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
3. No caso de não cumprimento por parte da entidade adjudicante do estipulado no número anterior, incidirão sobre o montante em dívida e durante o tempo em que o atraso se mantiver, juros de mora à taxa legal em vigor, nos termos previstos no Decreto-Lei nº 32/2003, de 17.02, com as alterações introduzidas pela Lei nº 3/2010, de 27.04.

### **Cláusula 15.<sup>a</sup>**

#### **Penalidades contratuais**

1. Pelo incumprimento das obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, no valor de 20% do contrato, por cada dia de atraso, na entrega da totalidade ou parte do objeto do contrato.
2. As sanções pecuniárias previstas no número anterior só serão aplicadas após audiência do adjudicatário e não obstat a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.
3. Todas as sanções pecuniárias aplicadas ao adjudicatário serão descontadas no pagamento da fatura que se siga à decisão de aplicação da sanção pela entidade adjudicante.

### **Cláusula 16.<sup>a</sup>**

#### **Cessão da posição contratual por incumprimento do adjudicatário**

1. Em caso de incumprimento, pelo adjudicatário, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o adjudicatário e deverá, caso a entidade adjudicante assim o entenda, ceder a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pela entidade adjudicante, pela ordem sequencial daquele procedimento, conforme no previsto no artigo 318.º-A do Código dos Contratos Públicos em vigor.
2. Para o efeito previsto na parte final do número anterior, a entidade adjudicante interpelará, gradual e sequencialmente, os concorrentes que participaram no procedimento pré-contratual original, de acordo com a respetiva classificação final, a fim de concluir um novo contrato para a adjudicação da conclusão dos trabalhos.
3. A execução do contrato ocorre nas mesmas condições já propostas pelo cedente no procedimento pré-contratual original.
4. A cessão da posição contratual opera por mero efeito de ato a proferir pela entidade adjudicante, sendo eficaz a partir da data por este indicada.
5. Os direitos e obrigações do adjudicatário, desde que constituídos em data anterior à da notificação do ato referido no número anterior, transmitem-se automaticamente para o cessionário na data de produção de efeitos daquele ato, sem que este a tal se possa opor.
6. As obrigações assumidas pelo adjudicatário, depois da notificação referida no n.º 4, apenas vinculam a entidade cessionária quando este assim o declare, após a cessão.
7. A caução e as garantias prestadas pelo adjudicatário inicial são objeto de redução na proporção do valor das prestações efetivamente executadas e são liberadas seis meses após a data da cessão, ou, no caso de existirem obrigações de garantia, após o final dos respetivos prazos, mediante comunicação dirigida pela entidade adjudicante aos respetivos depositários ou emitentes.
8. A posição contratual do adjudicatário nos subcontratos por si celebrados, transmite-se automaticamente para a entidade cessionária, salvo em caso de recusa por parte desta.

#### **Cláusula 17.<sup>a</sup>**

##### **Fusão ou extinção da entidade adjudicante**

Verificando-se, nos termos da lei, a extinção ou fusão da entidade adjudicante, durante a vigência contratual, o respetivo contrato, poderá, sem conferir o direito a qualquer indemnização ao adjudicatário:

- a) Ser denunciado, a todo o tempo, mediante comunicação efetuada por escrito ao adjudicatário;
- b) Ser transferindo à entidade que venha a subsistir, mediante comunicação escrita da entidade adjudicante ao adjudicatário, com a antecedência mínima de dez dias, em relação à data prevista para a cessão.

#### **Cláusula 18.<sup>a</sup>**

##### **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

#### **Cláusula 19.<sup>a</sup>**

##### **Legislação aplicável**

Em tudo o que for omissa e que suscite dúvidas no presente caderno de encargos, rege-se-á pela lei geral aplicável aos contratos administrativos, bem como ao regime jurídico do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29.01, na sua redação atual.

## **Parte II**

### **Cláusulas técnicas**

#### **Cláusula 20.<sup>a</sup>**

##### **Especificações ambientais**

Deverão ser fornecidos manuais online do software, quando aplicável.

#### **Cláusula 21.<sup>a</sup>**

##### **Especificações técnicas**

1. A presente aquisição visa garantir as condições de operacionalidade da infraestrutura baseada em tecnologia Microsoft e em utilização na área governativa da Economia devem ser prestados através da prestação de diversos serviços de suporte, enquadrados no Modelo Unified Enterprise Support.
2. Os serviços de suporte serão válidos até 22.06.2026 e serão integralmente geridos pela Secretaria-Geral da Economia, abrangendo as seguintes entidades da área governativa da Economia:
  - a) Agência Nacional de Inovação (ANI);
  - b) Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE);
  - c) Agência para a Competitividade e Inovação, I.P. (IAPMEI);
  - d) Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P. (IMPIC);
  - e) Instituto do Turismo de Portugal I.P. (ITP);
  - f) Programa de Inovação e Transição Digital - COMPETE 2030
  - g) Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC);
  - h) Gabinete de Estratégias e Estudos (GEE);
  - i) Direção-Geral do Consumidor (DGC);
  - j) Instituto Português de Acreditação (IPAC);
  - k) Direção-Geral de Atividades Económicas (DGAE);
  - l) Gabinete de Prevenção e Investigação de Acidentes com Aeronaves e Acidentes Ferroviários (GPIAAF).
3. Os serviços de suporte Microsoft ao abrigo do modelo Unified Enterprise Support, são repartidos em 2 grandes componentes:



i. Serviços base

Serviço	Qtd.	Descrição
<i>Enterprise Advisory Support Hours</i>	<i>As-Needed</i>	Suporte telefónico para evitar problemas comuns de suporte e diminuir a probabilidade de interrupções
<i>Enterprise Azure Problem Resolution Hours</i>	<i>As-Needed</i>	Suporte no âmbito de <i>Azure</i>
<i>Enterprise Problem Resolution Hours</i>	<i>As-Needed</i>	Apoio à resolução de problemas com soluções rápidas e eficazes de modo a minimizar o tempo de inatividade
<i>Enterprise On-demand Assessment</i>	<i>On-demand</i>	Identificação de riscos por níveis de criticidade e respetivas ações de recomendação
<i>Enterprise On-Demand Assessment - Setup and Config Service As-needed</i>	<i>On-demand</i>	Setup e configuração de serviços para diferentes componentes da infraestrutura <i>MS</i>
<i>Enterprise On-Demand Education</i>	<i>On-demand</i>	Prática interativa das <i>skills</i> dos colaboradores através de vídeos e laboratórios práticos <i>on-demand</i>
<i>Enterprise Webcasts</i>	<i>As-Needed</i>	Acesso a <i>webcasts</i> ao vivo conduzidos por instrutores especialistas
<i>Enterprise Online Support Portal</i>	<i>Incluído</i>	Acesso a portal [ <i>Services Hub</i> ] para gestão e acompanhamento dos pedidos de suporte, gestão da situação da infraestrutura através dos <i>on-demand assessments</i> , acesso a recomendações personalizadas, recursos e formação <i>on-demand</i>
<i>Enterprise Reactive Support Management</i>	<i>Incluído</i>	Gestão de incidentes com monitorização de todos os casos criados, gestão de incidentes ativos, verificação de cumprimento de <i>SLAs</i> e da afetação de especialistas
<i>Enterprise Service Delivery Management</i>	<i>Incluído</i>	Apoio na definição, planeamento e execução do contrato de prestação de serviços e apoio a qualquer tema relacionado com tecnologias <i>MS</i>
<i>CE Scoping</i>	<i>Incluído</i>	Partilha de recomendações ( <i>Customer Engineer</i> ) com base nas necessidades
<i>Reactive Enabled Contacts</i>	<i>Incluído</i>	Acesso para abertura de casos reativos de forma autónoma por parte dos colaboradores através do Portal <i>Services Hub</i>

## ii. Apoio especializado

Apoio especializado de 200 horas onsite/remoto de Engenheiro Especialista da Microsoft para otimização e modernização das soluções Azure com programa estruturado alinhado com as prioridades definidas pela Secretaria-Geral, nomeadamente no que respeita ao apoio às entidades às quais presta serviços.